

Joaquim Ponte, histórico do PSD

“Quando não há estabilidade governativa a solução é pedir ao povo que se pronuncie”

O social-democrata Joaquim Ponte, antigo Presidente da Câmara de Angra do Heroísmo, declarou ao Diário dos Açores que é “adepto do cumprimento dos mandatos e da estabilidade governativa. Mas quando esta objectivamente não existe, a solução é pedir ao povo que se pronuncie. Só assim se saberá com rigor o peso de cada força para a construção de uma nova e, aí sim, estável solução governativa”.

Questionada pelo nosso jornal acerca de presente situação política regional, com o rompimento do acordo de apoio ao Governo por parte da Iniciativa Liberal, o antigo deputado do PSD à Assembleia da República reconhece que “a gestão desta solução governativa é muito difícil e tem sido exercida com mestria pelo Presidente do Governo e líder do PSD, o Dr. José Manuel Bolieiro. Naturalmente que, com o aproximar do fim da legislatura e a proximidade de novas eleições, vão-se agitando os partidos mais pequenos que, legitimamente, querem evitar perder espaço eleitoral. Isto gera instabilidade e dificulta ainda mais a já difícil gestão da governação. Cabe nestas circunstâncias ao líder definir o caminho que, com clareza, assegure a boa governação e evite o seu desgaste em tricas partidárias”.

Marcelo: dissolução não se coloca neste momento

O Presidente da República afirmou que a dissolução do Parlamento dos Açores face à perda de apoios do Governo Regional é uma questão que não se coloca neste momento.

Em entrevista à RTP e ao Público, previamente gravada no Palácio de Belém e divulgada na Quinta-feira à noite por estes dois órgãos de comunicação social, Marcelo Rebelo de Sousa referiu ter-se informado com os principais protagonistas políticos regionais e comunicou que “não se coloca neste momento aquilo que levaria à intervenção do Presidente”.

O chefe de Estado salientou que “o representante da República participa na formação do Governo, mas para dissolver só o Presidente da República”, reiterando: “Não se coloca essa questão neste momento”.

O Presidente da República disse que foi informado de que “decorrem contactos para apurar se os elementos que se afastaram da base de apoio e dos termos do apoio – ainda não entregaram as suas declarações ao representante da República – se de facto aceitam ou não apoios parlamentares, e em que termos é que aceitam, com



que incidência, sobretudo em documentos fundamentais, nomeadamente o Orçamento”.

“Portanto, neste quadro, em termos de estabilidade e governabilidade aquilo que existe é um conjunto de diligências em curso no sentido de se perceber qual é a possibilidade – houve uma vez, é muito anormal nos Açores, e na Madeira mesmo penso que não há nenhum caso – de um Governo minoritário”, acrescentou.

Marcelo Rebelo de Sousa relatou que desde Quarta-feira ouviu “o representante da República, o Presidente da Assembleia Legislativa, o Presidente do Governo e o líder da oposição”, para “ficar com o retrato da situação”.

“Está a ser executado um Orçamento, que teve uma maioria ampla que o votou, não há Orçamento rectificativo previsível e, portanto, há um caminho até ao próximo Orçamento, que é no final do ano, como sempre”, observou.

PS não avança com censura

O líder do PS/Açores, Vasco Cordeiro, alertou que o Executivo regional perdeu “a legitimidade dos acordos” apresentados para “formar Governo” em 2020, apesar de os socialistas terem vencido as eleições.

“O causador da instabilidade é o Governo. E a legitimidade dos acordos formalizados, que justificaram a formação de Governo, já não existe. O Governo está preso por um fio frágil da aritmética parlamentar”, afirmou Vasco Cordeiro, também deputado na Assembleia Legislativa, em declarações aos jornalistas à margem do plenário que se realiza na cidade da Horta.

Perante o fim dos acordos parla-

mentares do Executivo com o deputado da Iniciativa Liberal (IL) e independente, que deixou o Governo Regional sem maioria absoluta no Parlamento, Vasco Cordeiro recomendou ao Executivo que “reflita” sobre se manter-se em funções “é a melhor forma de servir os açorianos”.

“Questiono o Governo sobre se esta latência de instabilidade é a melhor forma de servir os Açores. Por outro lado, questiono se está o Governo disponível para devolver a palavra aos açorianos”, afirmou Vasco Cordeiro.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, disse na Quinta-feira que a dissolução do parlamento dos Açores não se coloca neste momento e o Presidente do Governo dos Açores, José Manuel Bolieiro, explicou ontem que, sem maioria parlamentar, negociará os diplomas “caso a caso”, nomeadamente o Orçamento de 2024, recusando a apresentação de uma moção de confiança para não gerar instabilidade.

O PS diz que “o problema foi criado pelo Governo”, o que “coloca a responsabilidade da solução no Governo”.

“Para já, o PS não pondera apresentar uma moção de censura, mas não exclui essa possibilidade no futuro”, observou Vasco Cordeiro.

Nuno Barata admite negociar caso a caso

Nuno Barata, da Iniciativa Liberal e Carlos Furtado, deputado independente, admitiram negociar “ponto a ponto” com o Governo dos Açores para manter a estabilidade governativa na Região, apesar de terem rompido os acordos de incidência parlamentar.

“A IL está disponível, em nome da estabilidade, para conversar, para melhorar e para liberalizar todos esses diplomas, e para chegarmos ao fim da legislatura, seja em que data ela acabar”, garantiu o deputado liberal, em declarações aos jornalistas, à margem do plenário da Assembleia Regional, reunido na cidade da Horta.

O mesmo entendimento tem Carlos Furtado, deputado eleito pelo Chega em Outubro de 2020, nas últimas eleições legislativas regionais, mas que, entretanto, passou à condição de independente, depois de divergências com o líder nacional do partido, André Ventura.

“O que aconteceu até agora é exactamente a negociação ponto a ponto. Vou votando ao lado da coligação, mas vou votando por convicção. E é o que farei quando assim entender”, disse Carlos Furtado, recordando que tam-

bém já votou de forma diferente da coligação que está no Governo, composta pelo PSD, CDS-PP e PPM, como aconteceu, por exemplo, a propósito da taxa turística.

Os dois deputados foram ouvidos pelos jornalistas, em reacção às declarações do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que ontem, em entrevista à RTP e Público, disse estar a aguardar por diligências entre os deputados que rasgaram os acordos de incidência parlamentar, e o Presidente do Executivo açoriano, José Manuel Bolieiro.

“Fui informado de que decorrem contactos para apurar se os elementos que se afastaram da base de apoio, se aceitam ou não, mesmo assim, dar apoio parlamentar ao Governo e em que termos”, referiu o chefe de Estado, referindo-se à crise política que se vive nos Açores.

Nuno Barata garante que não falou ainda com ninguém: “Não sei com quem é que o senhor Presidente da República falou, mas certamente deve ter falado com os deuses, que o enganam, porque comigo não houve nenhuma conversa até agora”.

O deputado liberal lembrou que, mesmo assim, tem feito “um esforço enorme” para que haja “estabilidade” no Parlamento, responsabilizando os três partidos que formam o Governo pela “instabilidade” na Região.

“A instabilidade está no Governo e na coligação! Não está nos acordos de incidência parlamentar”, frisou Nuno Barata, que considera que o Executivo liderado pelo social-democrata José Manuel Bolieiro, “tem um orçamento aprovado” e como tal, “tem legitimidade” para continuar a governar, “peço menos, até à data do próximo documento orçamental”. Carlos Furtado, deputado independente, admitiu ter reunido (ontem), de forma “informal” com o Presidente do Governo Regional, com quem diz ter um entendimento para a aprovação de alguns diplomas, mas que reserva para plenário a posição sobre o próximo plano e orçamento.

“O facto de ter desistido de continuar com este acordo de incidência parlamentar, não muda a minha forma de ser, eu continuo a pensar da mesma forma que pensava há dois dias, só com uma diferença. Entendi que era momento de dizer um basta a determinadas situações que se vão passando”, garantiu o deputado independente, referindo-se a “nomeações”, “ingerências” e “favorecimentos”, por parte do Executivo, com os quais discorda.